

A ARQUITETURA E O PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL EM FACE DO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO

ALESSANDRO VENTURA

Arquiteto, Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP -
Departamento de Projeto

CARLOS EDUARDO ZAHN

Arquiteto, Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP -
Departamento de Projeto; Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo na
UNINOVE

JOSÉ LUIZ CARUSO RONCA

Arquiteto, Professor Titular e Chefe do Departamento de Projeto da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da USP; Membro do Conselho Consultivo da Associação
Brasileira de Estudos Regionais / ABER

Resumo

1. Principais características do atual processo de mundialização; instabilidade criada com a formação da sociedade global; alteração de relações espaço-tempo na arquitetura e no urbanismo;
2. O planejamento territorial em face das mudanças; contribuições das quatro Cartas – Atenas, La Tourrette, Andes e UIA / Beijing –, de geógrafos e de economistas para o campo do planejador regional e do arquiteto; mudanças atuais e seus reflexos no processo de planejamento territorial;
3. A produção modular no processo de globalização; o tempo para a construção diante das transformações; a imobilidade sujeita o edifício a seu contexto; a mobilidade construtiva é básica para as novas configurações da cidade;
4. Os condicionamentos ambientais no processo de mundialização e a introdução de salvaguardas de

Abstract

1. Main characteristics of the current process of globalization; instability created by the formation of the global society; changes in the relations of space-time in architecture and urbanism;
2. The physical planning in the face of changes; contributions of four Chartes – Atenas, La Tourrette, Andes and UIA / Beijing-, of geographers and economists for the field of regional planning and architecture; the current changes and their consequences in the process of physical planning;
3. The modular production in the globalization; time of construction of buildings in view of the transformations; the immobility submits the building to its urban context; the mobility in the construction process of buildings is fundamental for new configurations of the city;
4. The environmental factors in the process of



caráter territorial; a dispersão das atividades e conseqüente banalização do local; a arquitetura mundializada e seus elementos alienígenas desconsideram valores culturais e ambientais;

5. A preservação da dimensão humana e a valorização do local devem destacar a primazia do humano e do social, para garantir os caminhos da arquitetura e do planejamento.

Palavras-Chave: mundialização; planejamento territorial; produção modular; sustentabilidade.

globalization and the introduction of safeguards of territorial character; the scattering of activities and the consequent conversion of the local in a commonplace; the global architecture and its foreign elements disrespect cultural and environmental values;

5. Preservation of human dimension and the increased value of the local must give an outstanding place to the social sector and guarantee the ways for the development of architecture and planning.

Key words: globalization; urban and regional planning; modular production; sustainability.

Apresentação

O estudo apresentado neste ensaio procura levantar questões consideradas de fundamental importância pelos autores, para refletir sobre o encaminhamento das estratégias e das soluções projetuais que envolvem o futuro da arquitetura e do planejamento urbano e regional, em um meio que se encontra em rápida e essencial transformação.

A mundialização econômica, intensificada pela informatização crescente de relações e comunicações, afeta as relações espaço-tempo, tornando incertos os paradigmas vigentes de produção do espaço construído, no que se refere à arquitetura, ao urbanismo e à organização territorial. As contradições que se observam entre as soluções e as necessidades ambientais e tecnológicas, no presente, tanto para o planejamento territorial quanto para a arquitetura, levam a questionamentos metodológicos e à busca de alternativas tecnológicas. Entretanto, diante das inquietudes e incertezas sobre os caminhos do planejamento territorial e da arquitetura no processo de mundialização, afirma-se a pessoa como valor-fonte, ressaltando a primazia do humano e do social.

Este ensaio, apresentado originalmente por ocasião do 2º Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos, promovido pela Associação Brasileira de Estudos Regionais / ABER, em outubro de 2002, é considerado atual e oportuno: atual, pela presença de inúmeras questões pendentes na solução de problemas urbanos, ambientais e arquitetônicos; oportuno, por suscitar o debate acadêmico sobre tais questões, contribuindo para melhorias no aprofundamento tecnológico e no processo de ensino e aprendizagem.

1. Introdução: o atual processo de globalização

A globalização atual ou mundialização, como defende Miguel Reale (1996), é conseqüência de grandes avanços que surgiram, a partir da década de 70, no campo da informática e provocaram substantivas mudanças nas estruturas políticas e econômicas mundiais, especialmente nas comunicações, nos transportes e no próprio processo produtivo. Além disso, “somadas a aspectos conjunturais específicos, essas transformações exacerbaram a transnacionalização e a financeirização do capital, reequalizando as relações espaço-tempo e rompendo o equilíbrio da florescente economia mundial do Pós-Guerra, que havia sido garantido nos acordos de Bretton-Woods” (SAMPAIO JR., 1999, *apud* FERREIRA, 2000: inédito). O mundo entrou na era do globalismo. Todos estão sendo desafiados pelos dilemas e horizontes que se abrem com a formação da sociedade global. A dimensão do desafio pode ser avaliada nas formulações de Otávio Ianni (1997), quanto à realidade atual, atravessada por movimentos de integração e fragmentação. Nesta nova era, segundo o autor, está em curso novo surto de universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório. O modo capitalista de produção adquire impulso, com base em novas tecnologias e na criação de produtos, reestruturando a divisão internacional do trabalho e levando à mundialização dos mercados. O autor afirma ainda que esse processo é civilizatório, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar.

Vive-se uma era de incertezas, de incontrolláveis e incomensuráveis conseqüências. As mudanças são muito rápidas, tão grandes ou maiores das que ocorreram em outras épocas, especialmente na virada do século XVIII para o XIX, e mesmo no século XX. Estamos iniciando uma nova era de um mercado econômico novo e global, mas tendo a instabilidade como paradigma. Como dizia Herbert de Souza (1996:2), “a instabilidade é o pão nosso de cada dia na escala mundial”, impressão confirmada por Sarderberg (1996:2) quando afirma que “vivemos um mundo de incertezas não resolvidas e que só o serão de forma cabal à medida que o processo de globalização avançar ou, hegelianamente, quando chegar ao seu declínio”.

Há margem para profícuos debates em todos os campos, não só no econômico, mas também, e especialmente, no social e no ambiental, destacando-se as relações ou interfaces entre a globalização e a democracia, entre a mundialização e a exclusão social, entre países e no interior das nações e comunidades, e entre a globalização e a preservação do meio ambiente mundial e em cada país.



Também no campo da arquitetura e do urbanismo, vivem-se certezas e incertezas em face da globalização, especialmente na requalização que ela vem operando nas relações espaço-tempo. É à luz desse quadro que se objetiva examinar alguns caminhos da arquitetura e do planejamento urbano-regional na época atual.

2. Planejamento territorial em face das mudanças emergentes

O planejamento é inerente à natureza humana, pois o homem, para sobreviver, deve sempre fixar objetivos, encontrar meios para atingi-los dentro de um período de tempo, visando ao futuro. Esta é uma verdade tanto no planejamento geral quanto no territorial urbano-regional; enfim, na organização do espaço.

Como afirmava a Carta dos Andes (CINVA, 1960:9), “planejamento é o processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada”. Segundo conceituação contida em glossário de termos sobre assentamentos humanos, editado pela *Secretaria de Asentamientos Humanos y Obras Públicas* (SAHOP, 1978), o planejamento é uma atividade que se propõe a definir objetivos e prioridades coerentes para o desenvolvimento, determinando e, efetivamente, executando os meios apropriados para alcançá-los. Nesta concepção, a definição dos próprios objetivos integra a atividade do planejamento.

Convém lembrar que o processo de planejamento se desenvolve num espaço territorial, nas suas relações com outros níveis de espaço, dentro de um período previsível de tempo. No fim do século XIX, o planejamento territorial amplia-se com o estudo de setores urbanos, cidades e suas regiões, como elementos isolados para a compreensão e organização espacial de aglomerados urbanos, de rede de cidades e de regiões ou nações (BIRKHOLZ & RONCA, 1990). Essa evolução pode ser visualizada por meio das contribuições das três famosas Cartas de Planejamento – de Atenas, de La Tourrette e dos Andes –, muito importantes para os arquitetos e urbanistas. Vale a pena destacar que, enquanto a Carta de Atenas situava a questão do Planejamento Regional ainda um tanto dependente do planejamento urbano, a de La Tourrette, ao contrário, partia de uma categoria mais geral – o território, como um conjunto a ser dividido em regiões de planejamento. O campo do planejamento alarga-se, adquire novas dimensões, abarcando o território como um todo, suas regiões, áreas rurais, rede urbana e cada cidade. Essa ampliação dos escalões de planejamento levou os autores dessa Carta a se preocuparem com o

planejamento de países, continentes e, num último e final escalão, até mesmo com a própria Terra. (BIRKHOLZ & RONCA, 1990)

Como defende Lebret (1973), o processo de planejamento deve comportar dois movimentos simultâneos de análise e síntese: o primeiro, do mais alto para o mais baixo, do maior para o menor, do regional para o local, para que uma coordenação realize a unidade; o segundo, do mais baixo para o mais alto, do menor para o maior, do local para o regional, refletindo aspirações, desejos materiais e espirituais dos níveis inferiores (RONCA, 1981). Esses movimentos descendente e ascendente, no processo de planejamento territorial, constituem um *feedback*, defendido por Lebret como ação necessária para impedir o planejamento desumano, tecnocrático, fora de escala e da realidade. (RONCA, 1981)

Nessa análise sobre a evolução do Planejamento Territorial, restringimo-nos basicamente às contribuições das Cartas de Atenas, de La Tourrette e dos Andes. Elas são fundamentais ao campo da Arquitetura e do Urbanismo neste século. Com isso, não queremos omitir ou deixar de lado outras contribuições, especialmente as dos geógrafos e dos economistas. Ainda que não tratem diretamente do planejamento territorial, corroboram as conclusões apresentadas, pois o assunto tem, evidentemente, caráter interdisciplinar. Dentre essas contribuições, devemos destacar estudos referentes à rede de cidades e à polarização, à caracterização de espaços geográficos e econômicos, centros e pólos de crescimento e desenvolvimento, identificação e delimitação de regiões, classificação hierárquica-funcional de cidades, regionalização, defesa do meio ambiente, desenvolvimento de áreas urbanas e rurais, implantação de políticas de desenvolvimento regional e nacional. (BIRKHOLZ & RONCA, 1990)

Não cabe, nos limites deste trabalho, tratar desses temas e dos cientistas que contribuíram para o seu desenvolvimento nas últimas décadas. No entanto, devemos ressaltar que todos eles constituem temas referentes ao planejamento regional integrado e integral e que, desenvolvidos por ampla gama de profissionais em todo o mundo, alargaram sobremaneira o campo de atuação do planejador regional, inclusive do arquiteto. Com a globalização, estabelecem-se profundas mudanças nas relações espaço-tempo que têm reflexos no processo de planejamento, especialmente no territorial.

Em primeiro lugar, altera-se o ‘espaço’ objeto de intervenção que apresenta vínculos locais e dependências ou condicionantes vitais em escalas maiores, chegando ao nível da região, da nação e do mundo. Essa dicotomia entre objetivos locais e condicionantes globais produz uma incerteza na eficiência do processo de planejamento, pois esses condicionantes se apresentam, na maioria das vezes, fora do controle mais local, entendido como espaço urbano ou até



nacional. Surgem, no processo de planejamento territorial, contradições emergentes, tais como: globalização e localização; internacionalismo e nacionalismo; universalidade e particularidade; estabilidade e flexibilidade. (UIA, 1999)

Como destaca a Carta de Beijing, da UIA (1999:7):

o futuro desenvolvimento da arquitetura (*como também do urbanismo e do planejamento territorial*) requer nossa compreensão e tomada de consciência dessas contradições. Cada projeto contemporâneo de edificação pode ser visto como um conjunto das contradições que acabamos de indicar acima. Cada arquiteto deve saber lidar com essas contradições a nível (sic!) profissional, para decidir entre liberdade e regras, arte e ciência, tradicional e moderno, a herança e a inovação, a tecnologia e o lugar, a assimilação e a diversidade, etc. A teoria geral da arquitetura é o processo dialético dessas contradições.

Estas contradições exigem uma revisão contínua (*feedback*) em todas as fases desse processo, com dificuldade de consecução dos objetivos locais. Os condicionantes desse planejamento local extrapolam o nível nacional, chegando muitas vezes ao internacional, a cargo de empresas multinacionais, e estas tomam decisões que afetam decisiva e irremediavelmente a localização de atividades na esfera local. Uma empresa como a Toyota, ao decidir localizar sua montadora em Indaiatuba, São Paulo, toma a decisão levando em conta não só condicionantes locais e regionais, mas também, e especialmente, elementos de estratégia internacional da própria empresa.

Nesse aspecto, a dualidade entre local e global aparece claramente. Cabe-nos entendê-la e tentar romper a lógica perversa da prevalência do global. Como nos alertava Herbert de Souza (1996:2), “a lógica de ferro dos esquemas não foi capaz de garantir o socialismo real, como não está sendo capaz de perpetuar o capitalismo global. Não há fim na história. A História é o campo de mudança e da inovação. Cabe à razão acompanhar e tentar entender as mudanças e não pretender congelar o que nunca permanece o mesmo, por mais que se queira, pelas mais diferentes razões”.

Voltando à análise de que, com a globalização, estabelecem-se profundas mudanças nas relações espaço-tempo, deve-se destacar ainda a rapidez das transformações inerentes à revolução da informática e da economia que permeia todas as atividades humanas e, no caso do planejamento, reduz drasticamente o tempo de maturação das intervenções. Não havendo essa presteza, todo o processo pode tornar-se obsoleto rapidamente.

No caso do planejamento territorial, essa exigência de maior velocidade em todo o processo encontra dificuldades na implementação e implantação dos meios necessários, pois o tempo real de elaboração de planos, de formulação de instrumentos de controle e de execução de obras supera muitas vezes a mudança das condições que lhes deram origem, criando contradições para todo o processo. O tempo de maturação das intervenções territoriais é muito mais extenso do que o que se apresenta nos processos tecnológicos e econômicos atuais. Como exemplo, na década de 70, o Grupo de Planejamento Integrado / GPI – escritório de planejamento atuante no Estado de São Paulo – estava finalizando o Plano Diretor para o município de Taubaté. Na apresentação do Plano à comunidade, soube-se que a Volkswagen havia decidido instalar uma fábrica no município. Esse condicionante, cuja origem não estava ligada ao local, mas a uma decisão global da multinacional, tornou o plano diretor praticamente obsoleto, exigindo pronta revisão em muitas de suas proposições.

3. A produção modular no processo de globalização

As requalificações de espaço-tempo em face da globalização atingem também a produção arquitetônica. O tempo para a construção do *habitat* (aqui entendido como abrigo em geral para o homem) permanece muito grande, em flagrante desvantagem em relação ao tempo exigido pelas transformações geradas pela revolução da informática. Desde os anos 50, esta limitação inerente aos produtos da construção já era percebida como uma de suas características mais típicas, uma vez que tais produtos são fixos ao local de uso e que sua remoção obriga, ordinariamente, à completa ou quase completa demolição (CUNHA, 1955). Assim, as estruturas edificadas diferem de outros produtos volumosos e de grande peso, como os navios ou as locomotivas, que podem ser utilizados em diferentes locais.

Aqui, talvez esteja identificada uma característica importante da construção civil cuja modificação pode abrir uma perspectiva totalmente nova para as nossas cidades. A principal característica desta imobilidade é que ela sujeita o edifício a efeitos que não são partilhados pelos objetos produzidos industrialmente. No caso da construção imóvel, permanece atrelada a seu terreno de origem e assim está sujeita a oscilações de valor dependentes de vários fatores que lhe são alheios: a deterioração do entorno onde foi localizada, a alteração do uso inicial para a qual foi construída e os deslocamentos da população. Como conseqüência, o próprio valor do imóvel construído fica difuso ao ser encoberto e incorporado ao valor do terreno ao qual está vinculado. Existem poucas propostas para a eliminação desta característica nas construções urbanas.



A introdução da mobilidade construtiva é básica, permitindo que a construção seja produzida e reparada a distância de seu destino final, sem contar que, a qualquer momento, pode ser substituída sem perda, como nas demolições tradicionais. Sua introdução levará certamente à criação de novas configurações da cidade, permitindo modificações de sua estrutura sem as perdas inevitáveis do sistema atual. (VENTURA, 2001)

Nos últimos anos, em busca desta nova orientação, a produção arquitetônica iniciou experimentações, apropriando-se dos conceitos produtivos consolidados em outras esferas, reunidos sob a denominação de produção modular. “O fordismo, como padrão de organização do trabalho e produção, passa a combinar-se com ou a ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade”. (IANNI, 1997:11)

A conceituação da produção ou manufatura modular resulta das mesmas idéias que estão na base da tecnologia da informação. Esta nova tendência de organização industrial representa a linha de vanguarda dos conceitos de produção, já causando alteração profunda nos países mais desenvolvidos. A extensão a outros campos de produção manufaturada, como a indústria automobilística, ocorreu rapidamente nas últimas décadas. (TIME, 1999)

Esse conceito de produção modular fragmenta e amplia a dispersão territorial das atividades que, em ação intercorrente, exige da produção arquitetônica um maior grau de flexibilidade ainda não plenamente possibilitada pelos processos construtivos atuais, mas que é instigada pela mundialização. O conceito modular tem como princípio a unificação produtiva em torno de plataformas ou arquiteturas, compostas de módulos, sistemas, subsistemas e interfaces que possibilitam a geração de uma grande gama de produtos derivativos. Ao adotar estes princípios, a arquitetura inicia a busca de formulações, vocabulário e articulações que representem sua introdução em um universo competitivo que depende da melhoria da produtividade sustentada por um constante progresso tecnológico.

Como consequência temos a arquitetura modular que é a concepção de um sistema de componentes independentes que podem ser conectados entre si, permitindo acrescentar ou retirar um ou vários componentes, sem alterar o resto do sistema. Assim, produz-se uma arquitetura aberta, um sistema que pode ser conectado com facilidade a dispositivos produzidos por outros fabricantes, desde que todos sejam conformes com um corpo de interfaces comuns. A arquitetura atual pode ser classificada como uma arquitetura integrada que significa o

oposto: não permite estabelecer clara separação entre seus componentes e o produto final, não sendo passível de qualquer modificação parcial.

A adoção da arquitetura modular, a exemplo da manufatura modular, pode oferecer grandes vantagens:

- maior variedade de produtos;
- flexibilidade estratégica;
- economia de escala;
- redução de tempo para atendimento de demanda personalizada;
- menores investimentos de capital;
- divisão de tarefas e maior liberdade de projeto;
- maior exequibilidade de produtos e de mudanças de componentes;
- facilidades de atualização, manutenção e reparo, e
- maior facilidade de controle de operação. (O'GRADY, 1999)

A título de exemplo do emprego dos conceitos modulares, podemos citar a Wimpey, maior companhia de construção de habitações da Grã-Bretanha, que anunciou sua primeira incursão em casas manufaturadas modulares, iniciando a produção de 50 unidades. Seu novo projeto baseia-se em quatro ou cinco módulos manufaturados, com todos os acabamentos, que serão transportados por carretas e ajustados no sítio definitivo. Sua expectativa é reduzir o tempo de construção de 13 para 4 semanas. Esta iniciativa segue o interesse despertado pela manufatura modular em outros construtores na Grã Bretanha. (FAIRS, 2000)

4. Condicionamentos ambientais ao planejamento urbano e regional no processo de mundialização

Simultaneamente ao processo de globalização, vem ocorrendo maior percepção das limitações à utilização indiscriminada de recursos ambientais, especialmente com a constatação, pela comunidade internacional, da finitude do planeta. Essa noção de limites tem levado à introdução de salvaguardas de caráter territorial que vêm influenciando os processos de produção, inclusive da arquitetura e do planejamento territorial. A dispersão da localização de atividades e o crescimento de postura concorrencial entre elas têm levado a uma banalização do local enquanto condicionante territorial, provocando contradições com as necessidades de defesa e preservação ambientais. Essa banalização do local é muito clara no planejamento estratégico, processo que propugna a adoção de uma política de postura concorrencial para as cidades, procurando tornar o local eminentemente atraente para investimentos, como regra válida para qualquer localidade urbana do mundo. Como destaca Ferreira (2000: inédito),



parâmetros empresariais deram origem ao chamado Planejamento Estratégico (PE), talvez uma das linhas de planejamento que mais se difundiu com a globalização, sendo até ‘vendida’ pelo mundo como ‘a’ nova solução para o planejamento das cidades. Nesse novo ideário, a problemática central da cidade deve ser a competitividade urbana (VAINER, 2000). Tal pressuposto se insere perfeitamente no contexto da economia globalizada, cuja receita liberal prega a competitividade, a desregulamentação e a liberdade das forças do mercado.

E continua com as seguintes postulações:

A cidade-mercadoria preconizada pelo PE deve então promover a articulação dos agentes locais, a saber os atores essenciais para a dinamização econômica, em torno da construção de consensos que levem à construção de um espaço atraente para os potenciais “compradores” da cidade, os investidores internacionais (VAINER, 2000). Neste sentido, grandes eventos internacionais, como as Olimpíadas ou as Exposições Universais são cobiçadíssimos pelo potencial que representam de dinamização urbana nos novos padrões de competitividade. Não é a toa que o PE tem como grande paradigma a revitalização urbana de Barcelona ocorrida por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1992. O Estado passa portanto a cumprir o papel de gerenciador dessas diferentes demandas, cabendo a ele “organizar os consensos” necessários para atingir aquele fim (um fim essencialmente voltado aos interesses do capital). É inegável a utilização do PE como instrumento ideológico, e evidentemente a participação de todos os agentes urbanos é relativa. Vainer mostra (tomando o exemplo empírico do Rio de Janeiro) como geralmente eles se resumem aos setores empresariais, deixando-se de lado a participação mais efetiva da comunidade, embora Borja e Castells façam questão de sempre ressaltar, em algum canto (geralmente esquecido) de seus textos, a importância da participação popular e da transparência administrativa. Talvez este aspecto seja menos crucial nas sociedades avançadas do Norte, onde o grau de homogeneidade na composição do tecido social garante a ação participativa de grupos locais organizados. Mas pode-se imaginar a dimensão de exclusão que esse fato toma quando ocorre nas nossas cidades. (*id.ib.*)

No planejamento estratégico não são explicitadas defesas e preservações ambientais. Os projetos feitos por urbanistas para o eixo do Tamanduateí, em

Santo André, São Paulo, por exemplo, não levavam em conta o problema ambiental da bacia deste rio e sua inserção na bacia do Alto Tietê. Tudo se resumia a propostas urbanísticas para um trecho do Rio Tamanduateí, em Santo André, objetivando unicamente vantagens para o município que seriam auferidas pela atratividade econômica. Em suma, uma visão ‘modernista’ do planejamento urbano da atualidade. A arquitetura por si própria seria capaz de atrair investimentos, provocar o desenvolvimento econômico e mudanças sociais (como em Barcelona). A renovação urbana suscitaria o milagre da recuperação econômica – uma utopia urbanística. Não se estudava nem havia preocupação com as conseqüências ambientais das propostas feitas pelos diversos urbanistas.

A introdução de conceitos de desenvolvimento sustentável vem explicitando essas contradições entre os condicionantes ambientais e a forma de gestão do território, principalmente quanto à localização de atividades e surgimento de conflitos de cultura. Essas contradições vinculadas à localização territorial mostram-se claramente, tanto global quanto regionalmente, com veementes disputas de assentamento das atividades mais interferentes no meio ambiente. Observa-se que, de modo geral, as atividades produtivas altamente concorrenciais são bem-vindas a qualquer comunidade ou país que, paradoxalmente, não desejam arcar, na maioria das vezes, com as conseqüências e impactos ambientais dessas atividades.

Em termos de localização de indústrias multinacionais no hemisfério norte, elas são de alta tecnologia na sua maioria e hoje já apresentam significativo controle da poluição. Por outro lado, as filiais, destinadas a países do hemisfério sul, são de tecnologia menos avançada, em geral poluente. Elas estão aí localizadas, muitas vezes por complacência das autoridades locais, menos exigentes no controle da poluição. Em nível regional, são exemplos dessas contradições:

- a localização de grandes empreendimentos energéticos como centrais atômicas, térmicas e hidroelétricas, desejáveis pela autonomia energética que proporcionam, mas assumidas com grande relutância e preocupação pelas conseqüências que produzem no meio ambiente;
- as hidroelétricas, pela inundação de terras férteis, pela alteração climática;
- as usinas térmicas, pelo gasto de combustível e pelo alto risco de poluição e desastres;
- as usinas atômicas, pelo risco de poluição e de acidentes com possíveis conseqüências catastróficas para o meio ambiente;
- a localização de atividades necessárias à manutenção da estrutura urbana,



porém altamente interferentes no ambiente, tais como: deposição e tratamento do lixo urbano, localização de institutos penais (cadeias), centrais de transporte impactantes etc.

Da mesma maneira que no âmbito ambiental, em termos de arquitetura, nota-se, com preocupação, que a globalização vem induzindo de modo crescente a introdução de elementos alienígenas e repletos de internacionalismo, desconsiderando os valores de cultura e os condicionantes ambientais locais. São exemplos dessas contradições:

- a introdução de modelos ou arquétipos arquitetônicos usados indistintamente em quase todos os países, não levando em conta fatores climáticos locais, como os edifícios de ‘pele de vidro’ em geral, que necessitam permanentemente de ar condicionado;
- projetos de edificações tendendo a conceitos ou soluções arquitetônicas importadas, que são ‘traduzidas’ ou adaptadas à realidade urbana brasileira, nem sempre considerando valores estéticos sociais e mesmo ambientais como, por exemplo, em São Paulo, os edifícios próximos à Avenida Berrini, o edifício da FNAC junto à Avenida Pedroso de Moraes, a sede da Abril na Marginal Pinheiros e o inquietante projeto do *Maharishi Tower* no centro velho.

Ferreira (2000 - inédito) amplia o debate sobre essa importação de soluções arquitetônicas e a territorialidade da globalização, quando afirma:

não é possível identificar empiricamente, em determinados processos de implantação de novas centralidades em São Paulo, uma efetiva correlação com o processo de globalização da economia, como é possível afirmar que ele se dá sem a necessidade de uma ‘política oficial’ do Estado nesse sentido, embora sua participação seja fundamental para alavancar o processo. Em outras palavras, existe de fato uma territorialidade da globalização, a saber: impactos efetivos da nova dinâmica da economia-mundo capitalista sobre a produção do espaço urbano.

Quanto a empreendimentos como o *Maharishi Tower*, em São Paulo, Ferreira (2000: inédito) também destaca que

o sucesso alcançado, dentro das próprias universidades, por idéias de empreendimentos que levam a extremos caricaturais a proposta de imposição do capital internacional sobre a produção do espaço urbano, como o *Maharishi Tower*, em São Paulo, é inquietante, assim como o é a freqüência e a desenvoltura com que se utilizam, nos meios acadêmicos, os termos “cidade-global” e, em menor escala, “Planejamento Estratégico”.

5. A preservação da dimensão humana e a valorização do local no contexto de mudança mundial

As considerações que fizemos neste trabalho procuram demonstrar questões importantes relacionadas à instabilidade, inquietudes e incertezas sobre os caminhos do planejamento territorial e da arquitetura à luz da globalização. Essas questões podem suscitar crises e possibilidades, mas a ética deve ser preservada a todo momento, mantendo-se a pessoa como valor-fonte, garantindo a preservação da dimensão humana, a solidariedade regional e mundial (REALE, 1996). Para dar espaço a essa solidariedade, é imprescindível valorizar o sentido de comunidade eminentemente local. Como afirmava Paulo VI na *Populorum Progressio* (1991), acima das incompreensões e dos egoísmos, acabará por prevalecer a necessidade de colaboração e um sentido mais agudo de solidariedade. Em suma, exige-se a construção democrática de um mundo para todos os seres humanos e simultaneamente local e global porque é universal. (SOUZA, 1996)

Terminamos este ensaio sobre caminhos da arquitetura e do planejamento urbano-regional à luz da globalização, ressaltando a primazia do humano e do social. Só essa prevalência pode garantir que esses caminhos não se tornem descaminhos, desvios da vida e do essencial.

Referências bibliográficas

- BIRKHOLZ, Lauro B. Evolução do Conceito de Planejamento Territorial. *In: Questões de Organização do Espaço Regional*. p. 5-24. São Paulo: NOBEL/USP, 1983.
- BIRKHOLZ, Lauro B.; RONCA, J.L.C. Planejamento territorial: campo prioritário de pesquisa em arquitetura e urbanismo. *In: Anais do Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Comissão de Pesquisa, FUPAM, FAPESP. São Paulo: FAU-USP, 1990, p. 125-130.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local & global: management of cities in the information age*. London: UNCHS (Habitat/ONU) / Earthscan Publications, 1997.
- _____. Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos. *In: Cadernos IPPUR*. ano XI, n. 1 e 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *In: Novos Estudos, CEBRAP*. 45, jul. 1996.
- CIAM. *CARTA DE ATENAS - Urbanismo do CIAM*. São Paulo: CPEU-FAU-USP, 1973.
- CINVA - Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento. Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano. Trad. Gustavo Neves da Rocha Filho. *A Carta dos Andes*. São Paulo: Bem-Estar, 1960.



CUNHA, Mário Wagner Vieira. *Curso de introdução à economia*. São Paulo: FAU-USP, 1955.

FAIRS, Marcus. *Wimpey goes modular, building design*. p. 2-25, fev. 2000.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *São Paulo metrópole subdesenvolvida: para que(m) serve a globalização?* São Paulo: Artigo Inédito produzido em 2000. Disponível em <www.usp.br/fau>. Acessado em outubro de 2002.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Otavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/BCD/União de Editores AS, 1997.

KISSINGER, Henry. *Does America need a foreign policy?* New York: Simon & Schuster, 2001.

KRANZBERG, Melvin. The information age. In: FORESTER, Tom (Ed.). *Computers in the human context*. 2nd.ed. Great Britain: Basil Blackwell, 1990.

LAMPREIA, Luis Felipe. Os caminhos da Política Externa. In: *O Estado de São Paulo*. 07.07.96, p.2.

LEBRET, L. J. *et alii*. *Esboço de uma Carta de Ordenação*. São Paulo: FAU-USP, 1973.

O'GRADY, Peter. *The age of modularity: Using the new world of modular products to revolutionize your corporation*. New York: Adams and Steele Publishers, 1999.

PAULO VI. Populorum Progressio. In: *Encíclicas e Documentos Sociais*. v.1. p. 391-433. São Paulo: Editora LTR/ EDUSP, 1991.

REALE, Miguel. Globalidade e Mundialização. In: *O Estado de São Paulo*. 27.07.96, p.2.

ROMANCINI, Patrícia de Sá. *Renovação Urbana: Experiências em Santo André em 1999*. Fev. 2000.(Trabalho Final de Graduação) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP - São Paulo.

RONCA, J.L.C.; ZAHN, C.E. Frontiers of Regionalization in Brazil - The case of the State of São Paulo - 1960 to 1995. 35 p. 1996. Tóquio, In: THE 5th WORLD CONGRESS OF THE REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION INTERNATIONAL – RSAI.

RONCA, J.L.C.; ZAHN, C.E.; MINAMI, I. São Paulo Metropolitan Region in Brazil: Mercosul's Main Economic Center. 22 p. 1997. Hawaii, USA. In: THE 36th ANNUAL MEETING OF THE WESTERN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION.

RONCA, José Luiz Caruso. *A interação entre o urbano e o rural: fator de desenvolvimento nacional*. 1981. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo.

_____. Políticas de Planejamento Urbano e Regional. *Sinopses FAU-USP*. São Paulo, n. 14, p.29-33, 1990.

SAHOP-Secretaria de Asentamientos Humanos y Obras Públicas. *Glosario de términos sobre asentamientos humanos*. Mexico: D.O. SAHOP, 1978. 175 p.

SAMPAIO JR., P. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SARDERBERG, Ronaldo Mota. A globalização e o nosso futuro. *In: O Estado de São Paulo*. 25.08.96, p.2.

SECRETARIAT GENERAL DE L'UIA. *Carta de Beijing*. Paris: Union Internationale des Architectes - UIA, 1999.

SOUZA, Hebert de. Globalização, a nova dogmática. *In: O Estado de São Paulo*. 18.07.1996, p.2.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In: A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VENTURA, A. Notas sobre a contribuição do desenho industrial à arquitetura e à cidade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. FAU-USP, São Paulo, n. 9, p. 118–136, 2001.

World Cars: Canadian auto-parts company - Magna shows the way towards the modular car industry of the future. *TIME*, v. 153, p. 94-A (1), 22 fev. 1999.

ZAHN, Carlos Eduardo. A Área Metropolitana de São Paulo no limiar de transformações: indagações sobre seu processo de planejamento. *In: Caderno UniABC de Arquitetura e Urbanismo*. São Caetano do Sul: UniABC, ano I (5), jun. 1999.

